Isso impede o conhecimento do pedido de execução, pelo menos nesse momento.

Assim sendo, a execução da decisão deverá aguardar o pronunciamento do colendo TSE sobre se mantém ou não o efeito suspensivo. Caso o TSE mantenha o efeito suspensivo, então a execução do julgado deverá aguardar o julgamento do mérito do Recurso Especial Eleitoral, caso seja desprovido. No entanto, na hipótese de o TSE não referendar o efeito suspensivo, recebendo o recurso apenas no efeito devolutivo, então a execução do julgado poderá ser determinada.

Portanto, aguarde-se a decisão do colendo TSE. Após, conclusos para que seja examinado o pedido de execução do julgado.

Dê-se ciência.

Vitória-ES, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador Samuel Meira Brasil Jr.

Presidente

DOCUMENTOS DA DG

PORTARIAS

PORTARIA Nº 213, DE 06/10/2021

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DO ART. 3º DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.323/2010, e do art. 94, XXVII, da Res. TRE/ES 705/07, RESOLVE conceder o pagamento de Diárias e - nas hipóteses de seus §§ 1º ou 3º - do Adicional de que trata o art. 16 da referida Resolução, na forma discriminada a seguir:

Diária Nº 202100192

Descrição sintética do serviço a ser executado: Participação em perícia que será realizada pela Junta Médica Oficial, nas dependências deste Tribunal, no dia 22/09/21.

Período do evento: De 22/09/2021 até 22/09/2021.

Quantidade de adicionais de deslocamento: 1

Localidades:

MUNICÍPIO	ESTADO	DATA DE CHEGADA	DATA DE SAÍDA	TRASLADO	USO CARRO TRE	HOSPEDAGEM FORNECIDA	VALOR HOSPEDAGEM (DIÁRIO)
Vitória	ES	22/09/2021	23/09/2021	Não	Não	Não	R\$ 0,00

Detalhamentos:

LOCALIDADE	DIAS ÚTEIS	QTD DIÁRIAS	VALOR DIÁRIA	ADIC DESLOC	DESCONTO ALIMENT	AUX.	GLOSA	VALOR TOTAL
MARIA ELIZABETH DE SOUZA MOTA								
Vitória	2	1,50	R\$ 420,00	R\$ 336,00	(R\$ 82,73)		R\$ 56,00	R\$ 827,27
		1,50						R\$ 827,27
								R\$ 827,27

Beneficiários:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	AUX. ALIM	A C . MEMBRO?	GLOSA	VALOR DIÁRIA
MARIA ELIZABETH DE SOUZA			R\$		R\$	

MOTA	FC-01	Mantenópolis	910,08	Não	56,00	R\$ 827,27
------	-------	--------------	--------	-----	-------	------------

Fundamentação: Lei 8.112/90 (arts. 58 e 59) e Lei 8.460/92 (art. 22, §8º), com redação dada pela Lei 9.527/97; Res. CNJ 73/09; Port. TRE/ES 171/09; Ports. TSE 255/10 e 247/2016 e Resolução TSE nº 23.534/2017

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
DIRETOR GERAL

1ª ZONA ELEITORAL

EDITAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS(12193) Nº 0600658-43.2020.6.08.0001

PROCESSO : 0600658-43.2020.6.08.0001 PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (VITÓRIA - ES)

RELATOR : 001ª ZONA ELEITORAL DE VITÓRIA ES

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

REQUERENTE : ROSIMARA MARIA VENTURA ROSA

ADVOGADO : ALEXANDRO BATISTA (25605/ES)

ADVOGADO : MAURO AUGUSTO PERES DE ARAUJO (12608/ES)

REQUERENTE : ELEICAO 2020 ROSIMARA MARIA VENTURA ROSA VEREADOR

ADVOGADO : ALEXANDRO BATISTA (25605/ES)

ADVOGADO : MAURO AUGUSTO PERES DE ARAUJO (12608/ES)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PROCESSO PJe Nº PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - 0600658-43.2020.6.08.0001 - VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO

ASSUNTO: [Cargo - Vereador, Prestação de Contas - De Candidato]

JUIZ ELEITORAL: JOSE LUIZ DA COSTA ALTAFIM

REQUERENTE: ELEICAO 2020 ROSIMARA MARIA VENTURA ROSA VEREADOR, ROSIMARA MARIA VENTURA ROSA

Advogados do(a) REQUERENTE: MAURO AUGUSTO PERES DE ARAUJO - ES12608, ALEXANDRO BATISTA - ES25605

Advogados do(a) REQUERENTE: MAURO AUGUSTO PERES DE ARAUJO - ES12608, ALEXANDRO BATISTA - ES25605

De ordem do MM. Juiz Eleitoral da 1ª ZE/ES, Município de Vitória/ES, Dr. José Luiz da Costa Altafim, INTIMO a Requerente Sra. ROSIMARA MARIA VENTURA ROSA ELEICAO 2020, através dos advogados acima nominados, para proceder à devolução ao Tesouro Nacional do valor de R\$ 8.428,15 (oito mil, quatrocentos e vinte e oito reais e quinze centavos), com venc. para 15/10/2021, devendo o pagamento ser realizado mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, a qual encontra-se disponibilizada nos autos no ID 97911887, cabendo ao candidato acostar aos autos o comprovante de recolhimento, sob pena de remessa dos autos à Advocacia Geral da União, para fins de cobrança, na forma do artigo 79, § 1º da Resolução TSE nº 23.607/2019.